

*Percepções sobre violência de gênero: um estudo com
mulheres que vivenciam o Campus universitário da UEL-
Londrina/PR*

*Perceptions of gender-based violence: a study with women
living at UEL-Londrina/PR university campus*

*Perceptions de la violence de genre: une étude avec des
femmes qui font l'expérience du Campus universitaire de
l'UEL-Londrina/PR*

Gabriela de Andrade Sabino Pereira
Universidade Estadual de Londrina
gabrielaandrade014@gmail.com

Margarida de Cássia Campos
Universidade Estadual de Londrina
mcassicampos@uel.br

Resumo

Tendo em vista, a divulgação de pesquisas em vários países que indicam a existência e persistência de múltiplas violências contra a mulher, inclusive no Brasil, considerou-se necessário um estudo de como esse fenômeno se reproduz em ambientes educacionais, como, por exemplo, em Universidades. Dessa forma, o objetivo da presente pesquisa foi investigar e mapear os lugares escolhidos por mulheres, como os mais inseguros na Universidade Estadual de Londrina. Para isso, como procedimentos metodológicos, foram realizados, primeiramente, levantamento bibliográfico e confecção de um questionário respondido de forma remota por 173 mulheres que frequentam o Campus da UEL. De posse desses dados, foram elaborados seis gráficos e um mapa. Ao final da pesquisa, foi possível não apenas identificar os lugares elencados pelas mulheres como os mais perigosos (dispostos no mapa), como também propor algumas medidas protetivas e socioeducativas para o problema de insegurança na instituição.

Palavras-chave: Violências. Mulheres. UEL.

Abstract

By the perspective of the dissemination of research in several countries that indicates the existence and the persistence of multiple violences against women, including in

Brazil, a study was considered necessary about how this phenomenon is reproduced in educational environments such as the universities. Thus, the objective of this research was to investigate and map the places chosen by women as the most insecure at State University of Londrina. For this, as methodological procedures, a bibliographic survey and a questionnaire answered remotely by 173 women attending the UEL Campus were firstly performed. With these data, six graphs and a map were prepared. At the end of the survey, it was possible not only to identify the places listed by women as the most dangerous (arranged in the map), but also to propose some protective and socio-educational ways for the problem of insecurity in the mentioned institution.

Keywords: violence, women, UEL

Resumé

En vue de la divulgation des recherches dans beaucoup de pays qui montrent l'existence et la persistance de multiples violences contre la femme, y compris le Brésil, on a considéré nécessaire une étude de comment ce phénomène se reproduit dans des milieux éducationnels, comme, par exemple, dans des Universités. De cette manière, le but de cette recherche a été mener une enquête et cartographier les endroits choisis par des femmes, comme les plus dangereux de l'Université Estadual de Londrina (UEL). Pour cela, comme outils méthodologiques, on a été réalisé, premièrement, une recherche bibliographique et la confection d'un questionnaire qui a été répondu à distance par 173 femmes qui fréquentent le campus de l'UEL. Avec ses données, six graphiques et une carte ont été faits. À la fin de la recherche, a été possible non seulement identifier les endroits considérés par les femmes comme les plus dangereux (disposés sur la carte), comme aussi la proposition de quelques mesures protectives et socioéducatives pour le problème de manque de sécurité de l'institution.

Mots-clés : violence, femme, UEL

Introdução

As mulheres sempre foram tratadas como seres humanos inferiores ao longo da construção histórica da humanidade, consideradas como sinônimo de fragilidade, de obediência e subordinação ao homem. O gênero feminino sempre foi desvalorizado, e lhes foi ensinado, desde pequenas, como se comportarem, como agirem e pensarem, ou melhor, a como não pensarem muito.

As concepções de subordinação do feminino ao masculino têm, como uma de suas consequências, a violência contra a mulher, causada não apenas por agressores próximos às vítimas (companheiros, namorados ou familiares), mas também por homens desconhecidos que percorrem o espaço geográfico e sentem-se superiores a elas, inclusive com permissão para a prática de violência física, moral e/ou psicológica.

Com o advento dos movimentos feministas e o reconhecimento da categoria gênero nos estudos acadêmicos, a sociedade, em especial a ocidental, tem construído, ainda que lentamente, outras concepções sobre o papel social da mulher, o que facilita visões diferentes e mais críticas sobre si mesmas, “combustível” fundamental para pautar lutas de igualdade de gênero e pela criminalização/punição de todos os tipos de violência e opressão, sobretudo patriarcal e racista. Em contrapartida, o conservadorismo

exacerbado apresenta-se em um movimento de contraofensiva à expansão de vários direitos de resistência e existência dos grupos subalternizados, inclusive das mulheres.

Essas novas visões sobre hierarquia de gênero e sua consequência nas práticas sociais foram sendo reconhecidas por meio de pesquisas que demonstravam como tais diferenças são responsáveis pela construção de uma sociedade que estrutura suas desigualdades no patriarcalismo e no racismo. Nesse contexto, a mulher negra ou indígena, além de sofrer com a distinção de gênero, também tem de suportar as opressões produzidas pela desigualdade racial, por meio de um sistema interseccional (sobreposição de identidade e opressão). Desse modo, o movimento feminista, que nasce “branco” na Europa da década de 60 do século XX, ganha novas vozes nos últimos anos, agregando múltiplas reivindicações no sentido de englobar outros processos de subalternidades femininas. Tais inquietações têm aparecido timidamente na ciência geográfica, e este estudo almeja apresentar possibilidades de um encontro entre os estudos feministas e as teorias geográficas.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem, como principal objetivo, investigar quais lugares da Universidade Estadual de Londrina (UEL) causam medo e/ou insegurança entre as mulheres que estudam e/ou trabalham no *Campus* dessa Instituição. Para tanto, utilizou-se de pesquisa do tipo quanti-qualitativa, com ênfase em uma abordagem interpretativa, que se propõe a expressar o fenômeno estudado dando mais liberdade e novas possibilidades para as pesquisadoras no entendimento da realidade. Como procedimentos metodológicos, foi realizado, inicialmente, um levantamento bibliográfico, seguido da organização de um questionário com perguntas sobre: idade, local de trabalho, de estudo no *Campus* universitário, se sofreram algum tipo de violência, qual a violência e os lugares em que sentem medo ao transitar dentro dos limites da Universidade. O questionário foi enviado, por *e-mail*, às mulheres contatadas *a priori* em grupos de redes sociais, e nos quais estavam presentes membros da comunidade universitária, tanto estudantes, funcionárias como professoras. Ao final, foram recebidas 173 respostas de mulheres que trabalham ou estudam nos nove centros de estudos da Universidade, sendo os resultados obtidos expostos em seis gráficos, além de servirem de base para a construção de um mapa, destacando os principais lugares apontados pelas mulheres como perigosos na UEL.

As contribuições da Ciência Geográfica nas discussões sobre feminismo

A ciência geográfica tem importantes reflexões com o movimento feminista e com a luta pelos direitos iguais entre homens e mulheres no Brasil e no Mundo? Ela pode contribuir na produção de conhecimento de forma que questione as posições do privilégio masculino na sociedade? São questões, a nosso ver, que, atualmente, devem fazer parte de toda área de conhecimento. O conceito de gênero é estudado por vários/as pesquisadores/as de diversas áreas do conhecimento com o objetivo de entender as relações de poder para além da divisão sexual entre homens e mulheres. E pode ser invocado para a compreensão das simbologias do masculino e feminino do “papel” cumprido socialmente, dos processos de dominação/subordinação das mulheres (SILVA,

1998). O movimento feminista denuncia e luta contra a produção de subalternidades, apresentando ideias e concepções de que todos são iguais e merecem os mesmos direitos, e apresenta como pauta urgente para a sociedade o fim da desigualdade e da exclusão em decorrência da identidade de gênero. Nas últimas décadas, com a presença de feministas negras, o racismo e a vivência em territórios segregados aparecem como um sistema de opressão que se soma ao gênero em uma leitura interseccional das múltiplas opressões materializadas no espaço geográfico.

O diálogo sobre feminismo e gênero na ciência geográfica, para Silva (1998), mostra que a geografia feminista busca transformar o modo de conceber as pesquisas tidas como válidas na ciência geográfica, ressaltando que, para entender a totalidade das espacialidades, é necessário estabelecer discussões sobre a categoria gênero: “considero que a Geografia dita feminista é aquela que incorpora as contribuições teóricas do feminismo à explicação e interpretação dos fatos geográficos e o gênero é um dos resultados dessas contribuições, ou seja, uma categoria útil de análise geográfica” (SILVA, 1998, p. 108).

O gênero é, portanto, enquadrado como uma categoria importante para análise geográfica, em especial no entendimento das desigualdades engendradas pela diferença entre homens e mulheres e grafadas nos espaços geográficos. Também para Silva (1998), a geografia é uma ciência que é vista, muitas vezes, como aquela que discute a sociedade como um conjunto neutro, assexuado e homogêneo.

Para Martínez, Moya e Munhoz (1995), há três áreas da geografia onde a questão de gênero é fundamental: 1) as relações existentes entre gênero e conceitos-chave na geografia como o espaço, o lugar e a natureza; 2) as diferenças territoriais no que se refere a papéis e relações de gênero; e 3) o uso e as experiências diferenciais do espaço entre homens e mulheres em distintas escalas, desde a local até a global. Neste sentido, a Geografia apresenta amplas possibilidades de problemáticas espaciais/territoriais e campos de pesquisa ainda a serem desvelados, utilizando-se a categoria gênero.

É preciso também refletir, conforme nos alerta Silva (2003), sobre a forma como a Geografia é uma ciência masculina, que produz invisibilidades do papel da mulher como produtora do espaço e de cultura. Torna-se necessário, portanto, mudar a mirada e analisar também os espaços vividos e percebidos no cotidiano:

[...] uma abordagem da perspectiva feminina na produção do espaço exige um olhar atento ao cotidiano, ao micro-social e aos grupos sociais marginalizados do poder e, assim, tais temáticas foram consideradas questões de menor importância na análise do espaço geográfico. Durante muito tempo a abordagem do espaço na geografia esteve centrada nos estudos dos espaços político-institucionais, nos processos de produção e acumulação da riqueza e na concepção de cultura como uma instância supra-orgânica. A partir das críticas estabelecidas na nova geografia cultural é que se

abre a possibilidade de novas abordagens que exigem um novo conjunto de método. (SILVA, 2003, p. 33).

Dessa forma, existe um tensionamento – em especial das geógrafas feministas – , na ciência geográfica, por inclusão do gênero como um dos objetos de estudo da geografia, além da utilização do enfoque “mulher” como objeto de pesquisa. De acordo com Silva (2003), a relação entre gênero e espaço é mais discutida na geografia norte-americana e na europeia, legitimando o tema enquanto problema científico, fundamentando seus estudos nos temas do feminismo. São estudos realizados por maioria de geógrafas, que utilizam a identidade feminina como um fator importante de compreensão do espaço geográfico. A mesma autora ressalta que ainda é muito difícil incluir uma perspectiva feminina na geografia brasileira, devido ao pequeno número de pesquisas relacionadas a esse tema, sua ausência em programas acadêmicos e em publicações em revista científicas, entre outros fatores.

Ainda é importante mencionar que, na geografia, é possível perceber que algumas temáticas (urbana, agrária, geopolítica, entre outras) são consagradas no âmbito da geografia humana, embora, por outro lado, outros temas sejam invisibilizados. Sabe-se que há uma dificuldade em valorizar temas de interseccionalidade, essencial para a compreensão de como as relações sociais, produzidas pelo capitalismo, patriarcalismo e racismo, organizam os espaços de vivências. Dessa forma, nota-se que alguns temas ainda hoje são considerados “marginais” e parecem ainda “lutar” por espaços acadêmicos de reconhecimento e visibilidade em muitas ciências, inclusive na geografia.

Breves reflexões sobre a violência contra a mulher

É importante dizer que a mulher ainda sofre com a violência em decorrência de seu papel construído socialmente ao longo da história, sempre caracterizada como inferior ao homem em vários aspectos, seja no trabalho, na sua força física, na inteligência, além de ser mais cobrada no que se refere a zelar pelo bem-estar da família e da casa. Tais desigualdades construídas socialmente explicam, em parte, os altos índices de violência contra as mulheres em âmbito mundial, pois a concepção de que o sexo masculino é superior e pode exercer todo e qualquer tipo de violência e opressão desencadeia atos de violação contra o corpo feminino, como, por exemplo, o feminicídio.

Existem diferentes tipos de violência de gênero, entre eles, agressão física, agressão psicológica e agressão social. A agressão física é toda ação em que se utiliza da força contra a mulher, sendo a mais difícil de esconder, já que produz sinais visíveis no corpo, e cujo extremo é o feminicídio. A agressão psicológica é a mais difícil de ser detectada, em especial em uma relação de intimidade entre agressor e vítima, havendo uma variedade de formas desse tipo de agressão, como: abuso verbal; intimidação; ameaças; isolamento; desprezo e abuso econômico. Por último, a agressão social seria toda e qualquer ação que é prejudicial à mulher, advinda também das ações de aceitação ou rejeição efetuadas pela sociedade (CASIQUE; FUREGATO, 2006). Na presente

pesquisa, esses dois últimos tipos foram os mais citados, mesmo que, por vezes, não fossem percebidos como violência pelas mulheres entrevistadas.

Em relação ao feminicídio, em 2015, o Brasil adicionou ao Código Penal Brasileiro a Lei 13.104, que define o feminicídio como homicídio, reconhecendo o assassinato de uma mulher em função do gênero. Considerado um crime hediondo, a punição assegura, no mínimo, 12 anos de prisão. Para fazer cumprir a lei, a Justiça brasileira investiga o crime e suas características com o intuito de diferenciá-lo do homicídio. Mesmo com a ampliação das formas de proteção e punição nos últimos anos, segundo dados do *Mapa da Violência contra a Mulher* (2018), o Brasil apresenta-se em quinto lugar no mundo com o maior número de taxas de feminicídio. O curioso é que os primeiros lugares na lista são de países da América Latina (1º: El Salvador, 2º: Colômbia, 3º: Guatemala), nações que têm em comum as marcas da colonização, com a construção das relações sociais a partir de um forte viés patriarcalista e racista, herdeiras de uma história de organização do território sob a égide da escravidão, que impôs processos de crueldade e genocídio, sob os quais as mulheres negras e indígenas eram violentadas e estupradas pelos homens brancos europeus, além de serem vistas como mercadoria (não humanas, espectros, descartáveis).

Em relação à violência doméstica, a mulher está protegida no Brasil desde a Constituição Federal de 1988 e com a Lei Federal nº11.340/06, denominada Lei Maria da Penha. Esta última, de acordo com Dias (2007), surgiu em decorrência de um caso de violência física sofrida por Maria da Penha Maia Fernandes (no Ceará), na qual o seu marido tentou assassiná-la duas vezes. As investigações começaram em junho de 1983 e, somente após 19 anos, o réu foi condenado e cumpriu apenas 2 anos de prisão. Com a proporção que o caso tomou, a denúncia foi formalizada e entregue à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Após muitas críticas feitas pela OEA ao Brasil, por negligência e omissão em relação à violência doméstica, foi aprovada a referida lei que recebeu o nome de Maria da Penha em decorrência desse caso notório, sendo sancionada em 7 de agosto de 2006 e entrando em vigor no dia 22 de setembro de 2006 (DIAS, 2007, p. 14).

Após a Lei Maria da Penha, a situação de agressão contra a mulher passou a receber mais denúncias do que ocorria antes de sua aprovação. Mesmo que algumas ainda sofram com a falta de conhecimento da existência de leis que as amparam, uma pesquisa publicada pelo Senado Federal (BRASIL, 2018) mostra que 66% das mulheres entrevistadas se sentem mais protegidas depois que a Lei Maria da Penha entrou em vigor. Já 28% delas acreditam que, mesmo após a Lei, a situação permanece a mesma. Para 5%, houve piora e apenas 2% não souberam responder. É notável que, mesmo após mais de uma década de implementação da Lei Maria da Penha, ainda existam muitas barreiras a serem ultrapassadas, tanto no quesito de criminalizar os tipos de agressão e punir de forma mais efetiva os agressores quanto no aumento de denúncias. Acredita-se que, se houvesse uma certeza de punição objetiva, as vítimas se sentiriam mais seguras para efetuar as denúncias.

Sendo assim, é necessário não apenas criminalizar a violência contra a mulher, mas também conscientizá-la e problematizar o tema no meio social, porque é consenso que a violência contra o gênero feminino é ainda movida pelo entendimento de que a mulher é um ser humano subalterno (SANTOS, 2010, p. 156).

Diante do cenário, acredita-se que a geografia pode contribuir nos debates acerca desses temas, pois, como ciência, ela estuda a manifestação espacial de vários fenômenos, sendo então possível questionar: Em quais espaços geográficos e lugares ou territórios, as mulheres mais sofrem com a violência? Ao serem realizados estudos que trazem respostas a esse questionamento, podem ser apontadas políticas públicas eficazes, que tornem os espaços menos patriarcais e desiguais, colaborando com a construção de espaços geográficos, lugares e territórios mais humanos e acolhedores. Dessa forma, é necessário investigar se ocorre, de que forma ocorre e por que ocorre a violência contra a mulher na cidade de Londrina, no Paraná, especificamente na Universidade Estadual de Londrina.

Violência contra as mulheres no Campus da Universidade Estadual de Londrina

Atualmente, os estudos feministas de concepções mais adversas têm-se debruçado sobre a compreensão dos sistemas de opressão contra as mulheres e as diversas formas de dominações materiais e simbólicas. Tais discussões acerca dos mecanismos de desigualdade e violência precisam ser entendidas de maneira combinada, uma vez que são produzidas pela indissociabilidade de vários sistemas de dominação, como: patriarcalismo, racismo e capitalismo. Nesta seção, o foco é refletir sobre como o patriarcalismo, entendido como um sistema social em que a masculinidade coloca-se em uma posição de superioridade máxima, perante outros gêneros e sexualidades, engendra relações sociais de dominação e subordinação, percebidas no espaço geográfico de um *campus* universitário.

Neste sentido, as vozes de 173 mulheres que estudam e trabalham no *Campus* universitário da UEL foram sistematizadas em seis gráficos e um mapa. Entre as reflexões, destacam-se os lugares apontados no *Campus* da Universidade Estadual de Londrina onde elas sentem mais medo, seja em relação a algum tipo de insegurança pela falta de infraestrutura dos equipamentos de segurança, ou pela vivência de experiências de violência durante a circulação nesse *Campus*. A pesquisa ilumina as discussões científicas com o intuito de compreender como o espaço geográfico universitário constitui um fragmento de uma totalidade organizada por um sistema de dominação e de opressão estrutural, responsável por hierarquizar grupos sociais, tendo como base a crença na superioridade de alguns e na inferioridade de outros, produzindo, sobretudo, o direito aos privilégios de gênero, raça e classe.

Para iniciar as discussões, primeiramente foi questionado às mulheres sobre sua condição geracional. Sendo assim, o Gráfico da Figura 1 apresenta os dados referentes à idade das participantes.

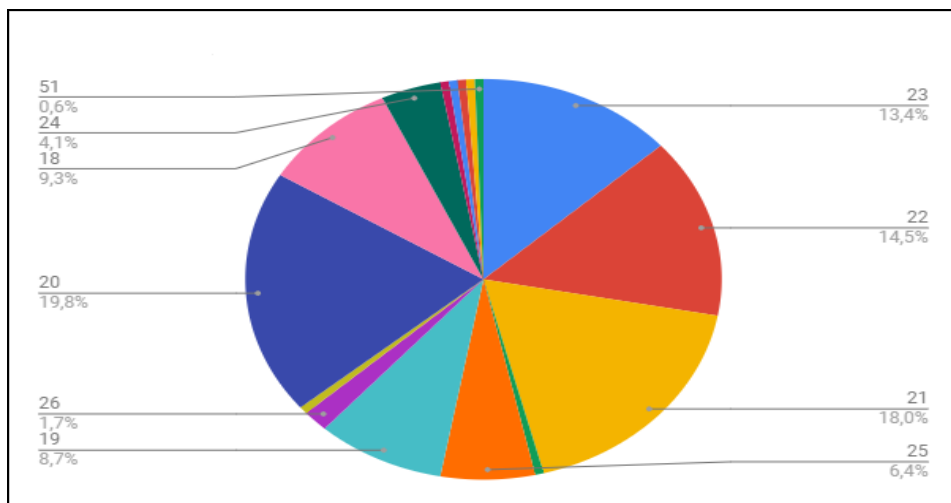


Figura 1: Gráfico da idade das entrevistadas

Fonte: Pesquisa: Mulheres que frequentam o *Campus* da UEL (2018).

Nesse Gráfico da Figura 1, é possível observar que as idades variaram pouco, mostrando que as que mais participaram da pesquisa foram as mulheres majoritariamente na faixa dos 20 anos, sendo que 19,8% dessa presença são mulheres com 20 anos, seguidas das mulheres de 21 anos, com 18% do total de participantes. Em terceiro lugar, estão as mulheres com 22 anos, com uma porcentagem de 14,5% e, depois, as mulheres de 23 anos, com 13,4% do total das entrevistadas. Apenas uma mulher de 51 anos participou da pesquisa. Isso demonstra que o tema proposto no questionário atraiu mulheres mais jovens que estudam e/ou trabalham na Universidade, o que valida que mulheres mais jovens foram as mais interessadas no objeto da pesquisa e sentiram necessidade de apontar questões relacionadas a sua segurança no *Campus*, fato que pode ser fruto de um processo de conscientização e sensibilização das novas gerações em decorrência do movimento feminista que, atualmente, se encontra presente nas mídias sociais, até mesmo nos meios de comunicação mais tradicionais, em diversos espaços de sociabilidade e vivência. Além disso, suas ideias também estão presentes em alguns currículos escolares, sobretudo nos componentes curriculares de Ciências Humanas.

No Gráfico da Figura 2, foi questionado em qual(quais) centro(s) e unidade(s) administrativas as mulheres estudam e/ou trabalham na Universidade.

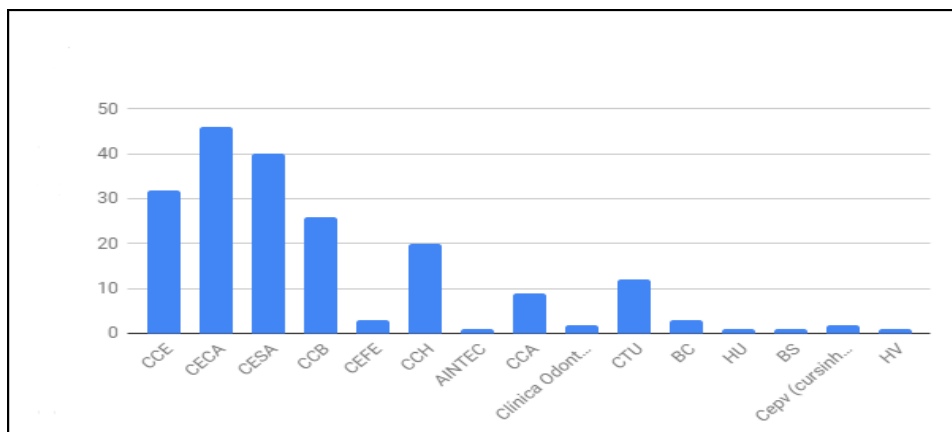


Figura 2: Gráfico sobre a(s) unidade(s) administrativa(s) da UEL onde as entrevistadas estudam/trabalham

Fonte: Pesquisa: Mulheres que frequentam o *Campus* da UEL (2018).

É possível ver, no Gráfico da Figura 2, os principais locais onde as mulheres entrevistadas estudam e/ou trabalham na UEL, levando em consideração que algumas responderam sobre dois ou mais lugares que frequentam na Universidade, fato que aumentou o número total de respostas. O Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA) foi o local que mais teve participação na pesquisa, com o total de 46 mulheres respondendo o questionário, seguido do Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA), com o total de 40 mulheres participantes, e, em terceiro lugar, o Centro de Ciências Exatas (CCE), que contou com a participação de 32 mulheres. Outros lugares que, apesar de pouca participação, também merecem destaque foram a Biblioteca Central (BC), a Biblioteca Setorial (BS), o Hospital Universitário (HU), o Hospital Veterinário (HV) e o Curso Especial Pré-Vestibular (CEPV). Os dois centros que tiveram mais participantes apresentam, coincidentemente, um elevado número de estudantes no período noturno, além de que, no primeiro, o CECA, está lotado o curso de Pedagogia com presença majoritária de mulheres e com turmas em três períodos, enquanto, no segundo, o CESA, localizam-se o curso de Secretariado Executivo e o de Serviço Social, também dois cursos com presença significativa de estudantes do sexo feminino.

A pergunta subsequente do questionário era se as mulheres já tinham sofrido algum tipo de violência no *Campus* universitário, e a grande parte respondeu que não, sendo 88,4% do total de entrevistadas, enquanto 11,6% responderam que sim, como é possível observar no Gráfico da Figura 3.

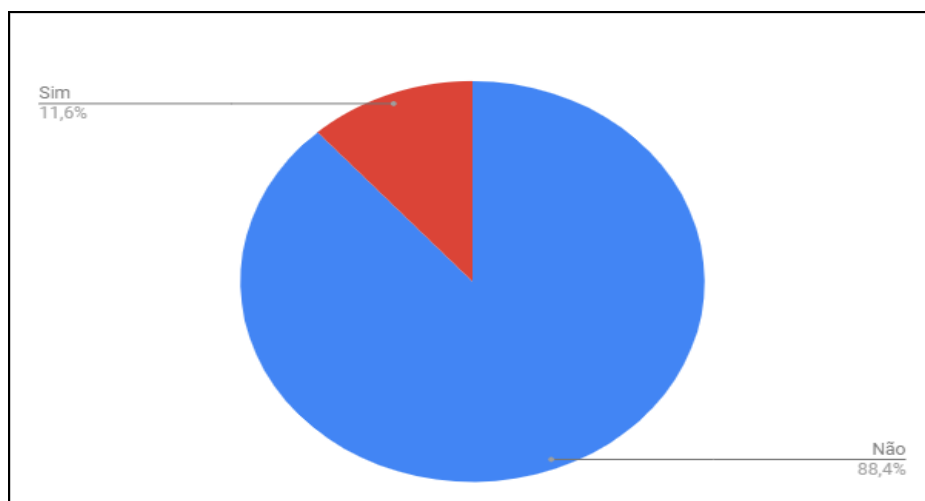


Figura 3: Gráfico sobre relatos de violência sofrida pelas mulheres no *Campus* da UEL
Fonte: Pesquisa: Mulheres que frequentam o *Campus* da UEL (2018).

Apesar de as mulheres, em sua maioria, terem respondido que não sofreram nenhum tipo de violência na UEL, curiosamente na quarta questão, sobre a tipificação, apareceram relatos de situações que podem ser caracterizadas como sendo de assédio sexual, vindos de mulheres que tinham respondido negativamente à terceira questão, demonstrando a falta de informação que dificulta o reconhecimento do assédio como um tipo de violência. Outrossim, o assédio é considerado, por vezes, uma violência corriqueira que diariamente constrange, oprime e humilha as mulheres, porém sem que algumas o percebam como um caso de violência simbólica, relacionado aos “papéis” atribuídos e impostos socialmente a homens e mulheres, gerando dominação e submissão, respectivamente.

[...] o assédio sexual é uma forma de violência cometida contra as mulheres, uma manifestação de poder que homens se arrogam para exercer um controle sobre as mulheres, das quais eles querem dispor como se elas fossem para eles somente objetos sexuais. A sexualidade é utilizada aqui como um instrumento de dominação e controle. (GENDRON, 1994, p.468).

O assédio sexual, portanto, está diretamente ligado à sensação de poder que os homens acreditam ter em relação à mulher e, quando executado, não demonstra sentimento de igualdade entre os gêneros, mas de superioridade.

Após responderem se já tinham sofrido algum tipo de violência no *Campus*, as mulheres que participaram da pesquisa tinham um espaço para dizer, caso se sentissem à vontade, qual tipo de violência teriam sofrido e, se quisessem, poderiam relatá-lo. Algumas mulheres responderam que sofreram mais de um tipo de violência, o que modifica o total de respostas, conforme espelha o Gráfico da Figura 4, a seguir.

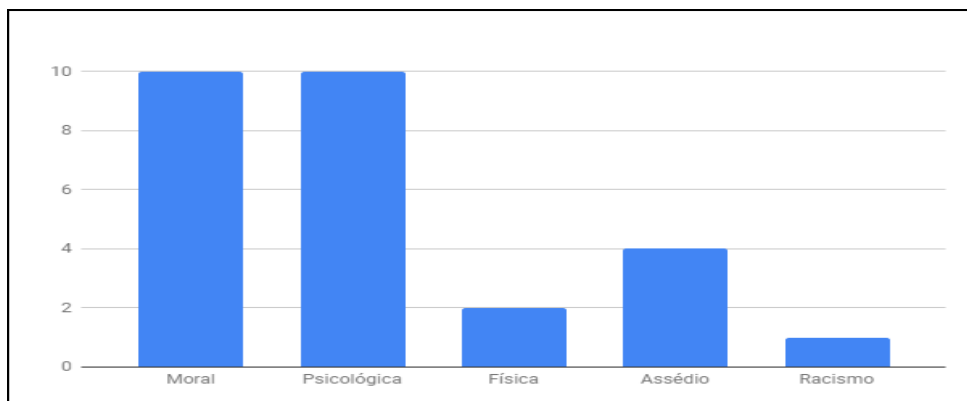


Figura 4: Gráfico da especificação do tipo de violência sofrida pelas mulheres no *Campus* da UEL
Fonte: Pesquisa: Mulheres que frequentam o *Campus* da UEL (2018).

Como mostra o Gráfico da Figura 4, os principais tipos de violência são a moral e a psicológica, podendo esta ser caracterizada de diversas formas, de acordo com Casique e Fuguerato (2006): como abuso verbal; intimidação; ameaças; isolamento; desprezo e abuso econômico. Uma das mulheres participantes da pesquisa relatou que sofria com a violência psicológica vinda por parte dos docentes. Outra relatou um caso de assédio sexual explícito, no caminho para o estacionamento do Centro de Ciências Exatas, quando um homem a seguiu com o órgão genital para fora. Nesse momento, ela não conseguiu ter uma reação e nem pôde contar com a ajuda de alguma pessoa, pois se encontrava sozinha no local. Muitas contaram como sofrem com o assédio sexual apenas andando pelas ruas do *Campus* e até mesmo trabalhando como fiscais por ocasião dos vestibulares.

Houve também uma mulher que tipificou o racismo como um caso de violência sofrida no *Campus* da UEL, pois, além de muitas mulheres serem vítimas do machismo diariamente, é fato que as mulheres negras e indígenas sofrem com uma dupla ou tripla opressão. Segundo Almeida (2019), o racismo é um sistema responsável por hierarquizar seres humanos, portanto homens e mulheres negras e indígenas, a partir do século XV (com o advento das grandes navegações) para serem subjugados, explorados e escravizados, foram considerados inferiores aos brancos. Mesmo após o fim das teorias científicas que davam base para a constituição e sustentação de ideias racistas em meados do século XX, ainda persistem concepções de subalternidade para alguns e privilégios para outros, conforme sua cor/raça/etnia/religião. Esse sistema de opressão ainda é extremamente presente nas relações sociais atuais e provoca uma série de atos de violência simbólica que, por vezes, se combinam com a violência física direcionada aos corpos dos indivíduos racializados. Por isso, uma mulher branca sofre com o preconceito e a discriminação devido ao gênero, mas a mulher negra/indígena sofre pelo seu gênero, sua raça/cor/etnia e, se for de baixa renda, também pela classe. Constata-se, então, a necessidade de discutir os sistemas de opressão de maneira dialética e combinada em um viés interseccional.

Na sequência, a pergunta contida no questionário era se as mulheres se sentiam seguras com o sistema de segurança ofertado na UEL, e os resultados estão demonstrados no Gráfico da Figura 5.

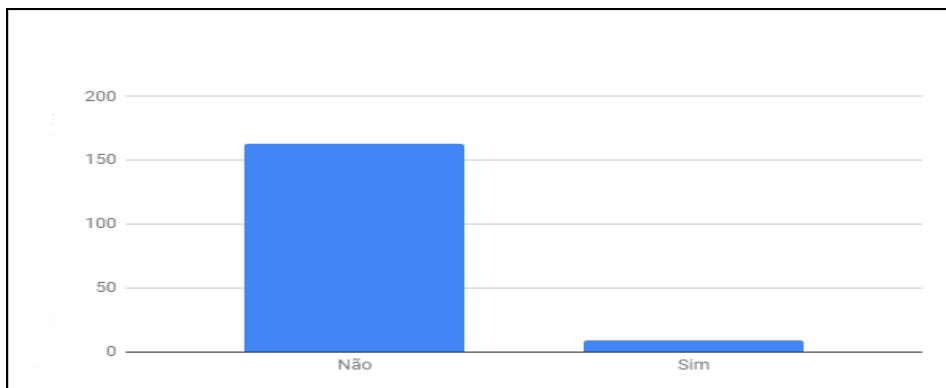


Figura 5: Gráfico sobre a questão do sistema de segurança disponibilizado no Campus da UEL
Fonte: Pesquisa: Mulheres que frequentam o Campus da UEL (2018).

O Gráfico da Figura 5 mostra que a maioria esmagadora das mulheres não se sente segura com o serviço de segurança que está disponível na Universidade, sendo que, das 173 entrevistadas, 163 mulheres responderam que não. É importante ressaltar que o sistema de segurança da UEL é patrimonial, ou seja, zelam e protegem o patrimônio do *Campus*, e não as pessoas. Além disso, muitas justificaram que não se sentem seguras com os profissionais de segurança, pois já passaram por situações de assédio vindas da parte deles. Outras relatam a ineficácia do sistema de segurança e a pouca quantidade de guardas, principalmente no período noturno. Uma mulher relatou que se sente segura na UEL pelo fato de os/as professores/as, estudantes e servidores/as serem solidários/as e respeitosos/as. Tais relatos demonstram uma condição precária nos serviços de segurança da Universidade, que não precisa necessariamente ser resolvido com a permissão da entrada de policiais no *Campus*, como apontam alguns debates em várias Universidades, bem como na UEL, mas com adequados processos de formação pedagógica para os que realizam a segurança do *Campus*, em especial sobre o tema das opressões engendradas pelo patriarcalismo e racismo e as formas de prevenção e combate.

A última pergunta do questionário era sobre o(s) local(is) da UEL onde as mulheres têm mais medo, levando em consideração seus sentimentos pessoais e/ou experiências com o(s) lugar(es) escolhido(s). Esta era uma questão dissertativa, por isso, além de apontar o(s) lugar(es), algumas mulheres também relataram outros fatos (Figura 6).

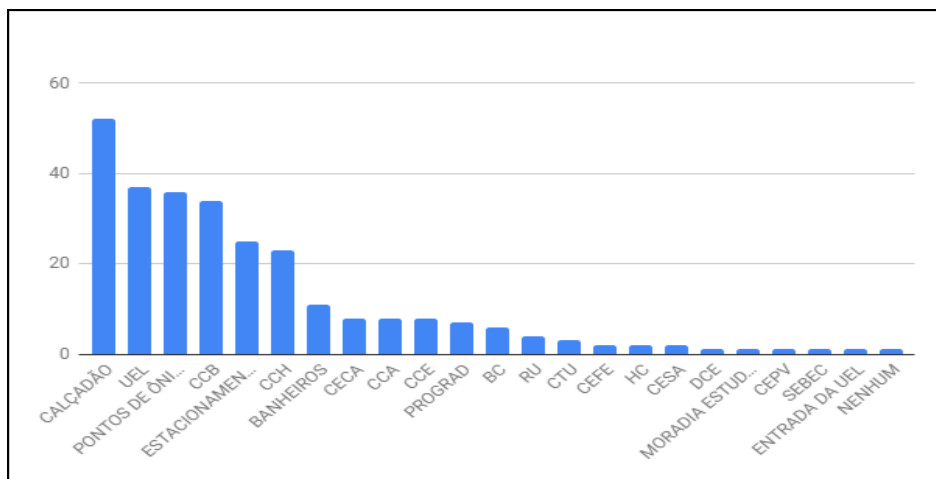


Figura 6: Gráfico sobre identificação de local(is) do *Campus* que provoca(m) mais medo às mulheres

Fonte: Pesquisa: Mulheres que frequentam o *Campus* da UEL (2018).

Como é possível ver no Gráfico da Figura 6, o calçadão é o local na UEL onde a maioria das mulheres sente medo ao transitar, obtendo o total de 52 respostas, seguido da UEL inteira, com 37 respostas, e, em terceiro lugar, os pontos de ônibus, com 36 respostas. Sobre a insegurança nos pontos de ônibus, 12 entrevistadas apontaram-nos porque são locais onde mais se praticam assaltos na Universidade. Outros lugares citados foram praticamente todos os centros da Universidade, como é o CCB, CCH, CECA, CCA, CCE, CTU, CEFE e CESA. É importante ressaltar, aqui, que a maioria das mulheres respondeu que possui mais medo desses lugares no período noturno e, em especial, nos estacionamentos. Acredita-se que esse fato ocorre devido à pouca iluminação do *Campus* e à reduzida movimentação de pessoas à noite.

Após os resultados expostos em gráficos, foi elaborado um mapa do *Campus* universitário (Figura 7) com a espacialidade dos dados obtidos na última pergunta da pesquisa, ou seja, a representação cartográfica da densidade das escolhas, bem como a espacialidade dos lugares citados pelas mulheres como os mais perigosos na Universidade.

Como é possível observar no Mapa da Figura 7, o principal lugar escolhido como inseguro para as mulheres foi o calçadão. É importante observar que o calçadão da Universidade Estadual de Londrina é um espaço que interliga toda a UEL, nele há os centros, bibliotecas e as cantinas, portanto era, sobretudo, para ser visto como um espaço de sociabilidade entre os/as estudantes, professores/as e servidores/as, mas infelizmente os dados da pesquisa apontam como sendo o lugar que mais causa temor e insegurança entre as mulheres, sobretudo no período noturno.

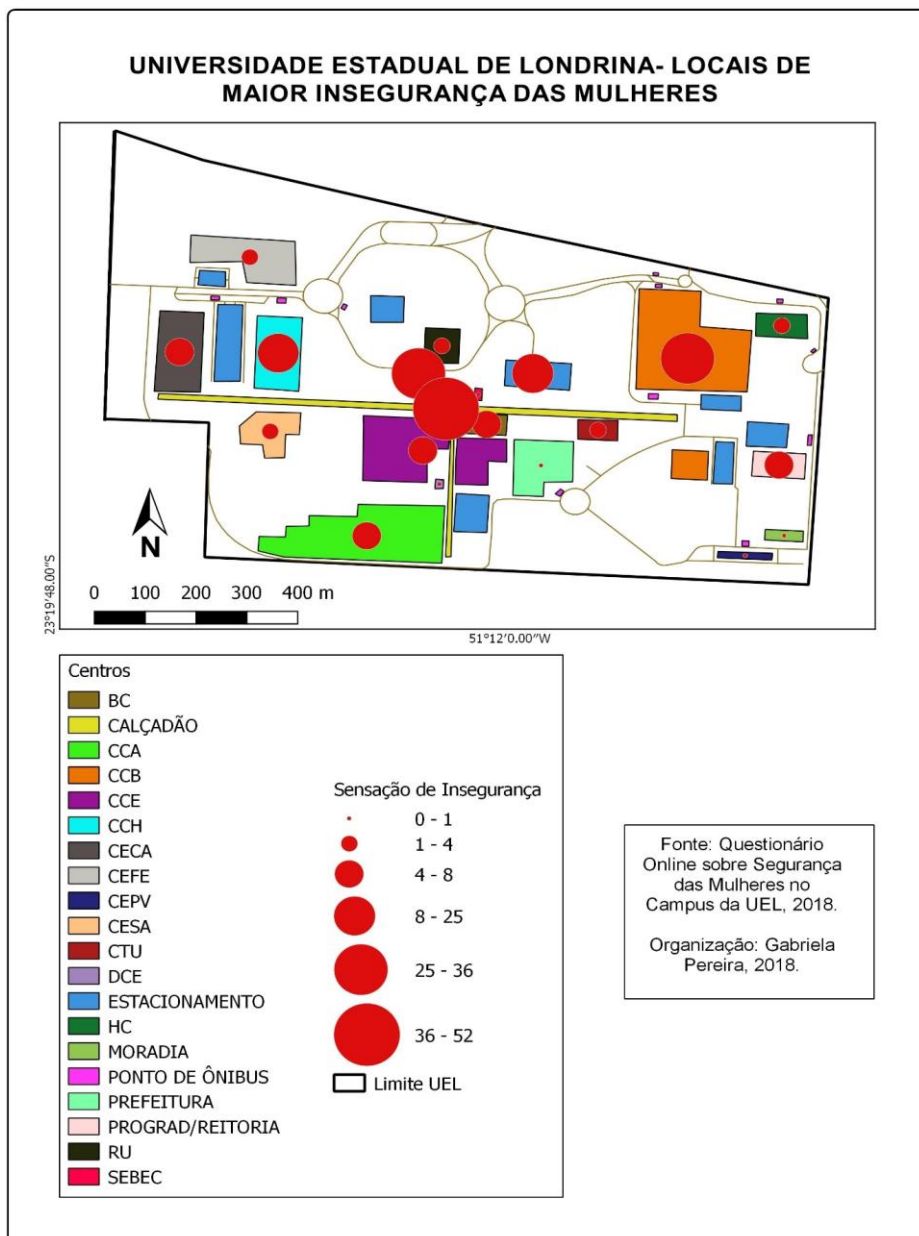


Figura 7: Mapa de lugares citados pelas mulheres como os mais inseguros no *Campus* da UEL

Considerações finais

Com os resultados obtidos na presente pesquisa, foi possível perceber que, na maioria, as mulheres entrevistadas, mesmo que não tenham passado por situações reconhecidas por elas como de violência na Universidade Estadual de Londrina, não se sentem seguras dentro do *Campus*. Esse fato é configurado como um problema grave para a saúde emocional dessas entrevistadas, já que todas precisam passar grande parte do seu dia e/ou da noite nesse espaço geográfico. Foi notado também que algumas foram vítimas de assédio sexual, mas não perceberam esse ato como violência simbólica, o que mostra uma falta de conhecimento sobre as múltiplas formas de violência, talvez por considerar o assédio sexual como banal, o que leva à naturalização desse tipo tão grave de agressão e opressão, somando-se a isso a falta de informação de que há lei para punir tais tal comportamento. De acordo com Pierangeli (2005), o delito de assédio sexual foi colocado, no ordenamento jurídico penal, pela Lei 10.224, em 15/05/2001, graças às pressões feitas pelos movimentos feministas e grupos sociais. Porém essa violência só é considerada um delito nos lugares onde se desenvolvem as relações de trabalho.

Dessa forma, é possível perceber o quanto a violência simbólica ainda precisa ser reconhecida também como um tipo de violência de gravidade igual a outras, pois ela está relacionada com o domínio que o homem sente em relação à mulher no momento em que ele pensa ter o direito de desrespeitá-la, só pelo fato de ela ser mulher. Devido à violência física ser o tipo de violência com mais políticas públicas de prevenção e combate, as mulheres se esquecem dos outros tipos como, por exemplo, a violência psicológica.

Como medidas protetivas, o ideal seria o estabelecimento urgente de uma política institucional da Universidade, para melhorar o sistema de segurança da UEL, como a instalação de mais câmeras e melhoria na iluminação. Sabe-se também que o simples fato de instalar mais câmeras não resolve o problema na sua complexidade e totalidade, pois elas não inibem comportamentos violentos. Quando o agente infrator não se sentir monitorado, ele voltará a agir, por isso, talvez ações que levem à conscientização do ato criminoso seriam mais efetivas do que simplesmente melhorar os equipamentos de segurança. Acredita-se, ainda, que a implementação de políticas internas que possibilitem a criação de espaços de discussão, com toda a comunidade universitária, sobre temas relacionados aos papéis de gênero construídos socialmente, como patriarcalismo, racismo e outras formas de opressão e suas mais diversas consequências, são também iniciativas bem-vindas.

Seria ideal, também, a instalação de um pequeno centro de ajuda para as mulheres, com advogados/as e psicólogos/as, para ofertar apoio emocional e jurídico a fim de que possam enfrentar os problemas de violência da qual foram vítimas, sejam eles dentro e/ou fora da Universidade. Esse centro poderia se localizar na área central da UEL, com unidades espalhadas por todo o *Campus*. Como é o caso de uma Comissão formada pelo CLCH (Centro de Letras e Ciências Humanas) que visa a prevenção às violências sexuais e de gênero na comunidade universitária, com a participação de discentes e docentes e com a parceria do Serviço de Bem-Estar à Comunidade (SEBEC). A Comissão

age na coleta de queixas que nem sempre se transformam em denúncias, o papel está mais na conscientização da população universitária sobre os tipos de violência existentes. Essa comissão poderia ser reaproveitada e ampliada para diversos centros da Universidade.

Existe também, na Universidade, um Núcleo criado há quase três anos, de acordo com uma reportagem do Jornal *O Diário* (2016), o Núcleo Maria da Penha (NUMAPE), que já atendeu cerca de 1,5 mil mulheres na região de Londrina. Tal ação é procurada por mulheres que registraram Boletim de Ocorrência na Delegacia da Mulher e não possuem condições financeiras para contratar advogados ou psicólogos. A iniciativa provém de um projeto de extensão da UEL, que oferece assistência jurídica e psicológica às mulheres vítimas de violência doméstica, porém mais focado na comunidade externa, mas a Reitoria da UEL poderia acolher algumas iniciativas e aproveitá-las para a comunidade interna.

As medidas precisam ir na direção de intervir na construção de processos que garantam a sociabilidade das mulheres no *Campus* Universitário sem medos e traumas, um espaço que una e não separe, amedronte, humilhe ou cause pânico/fobia.

Por fim, nos últimos anos da década de 80, Scott (1989) asseverava que o gênero era uma categoria nova, sem força para mudar os paradigmas sociais históricos já existentes. Passados mais de 30 anos, mesmo com o aumento dos estudos feministas em várias áreas de conhecimentos que problematizam as opressões, violências e processos de dominação, tendo como base gênero, raça e classe, tais pesquisas ainda são marginalizadas. Por isso, sem sombra de dúvida, é preciso produzir discussões nas mais diversas ciências que possam pautar essas temáticas como fundamentais para a compreensão das desigualdades, inclusive na Ciência Geográfica.

Sendo a geografia uma ciência que estuda o espaço geográfico, é de extrema importância que seja incluída, em suas temáticas de estudo, a desigualdade de gênero, além da análise de como o capitalismo, o patriarcalismo e o racismo podem produzir espaços geográficos desiguais e excludentes. Tomando posse desse debate, a geografia possibilita a produção de saberes reflexivos sobre espaços geográficos que respeitem e acolham cada um que nele vive, independente de gênero, raça e classe.

Referências

ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Mapa de Violência contra a Mulher*. Brasília, DF, 2018

BRASIL. Senado Federal. *Observatório de gênero*. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/>. Acesso em: 30 out. 2018.

CASIQUE, L; FUREGATO, A. R. F. Violência contra as mulheres: reflexões teóricas. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, São Paulo, v. 14, n.6, p. 1-8, nov./dez. 2006.

DIAS, M. B. A Lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n. 2, p. 1-160, ago. 2007.

GENDRON, C. Violência e assédio sexual. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 2, p.462-472, 2º sem. 1994.

MARTÍNEZ, A. S.; MOYA, J. R.; MUNOZ, M. *Mujeres, espacio y sociedad: hacia una Geografía del Género*. Madrid: Ed. Síntesis, 1995.

PIERANGELI, J. H.. *Manual de Direito Penal brasileiro*. São Paulo: RT, 2005.

SANTOS, C. M. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 89, p. 153-170, jun. 2010.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Tradução Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1989.

SILVA, J. M. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. *Revista de História Regional*, v.8, n. 1, p. 31- 45, verão 2003.

SILVA, S. M. V. Geografia e Gênero/Geografia Feminista: o que é isto?. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, n.23, p.105-110, mar. 1998.

UEL oferece atendimento à mulher vítima de violência. *O Diário*, Maringá-PR, mar. 2016. Disponível em: <https://maringa.odiario.com/parana/2016/03/uel-oferece-atendimento-a-mulher-vitima-de-violencia/2101347/>. Acesso em: 2 dez. 2018.

Gabriela de Andrade Sabino Pereira

Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina

Rua Amazonas 765, bairro Jardim Paulista, CEP 16011-005, Araçatuba SP

E-mail: gabrielaandrade014@gmail.com

Margarida de Cássia Campos

Cursou estágio pós-doutorado na Universidade de Coimbra- Portugal,

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestre

e graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina.

Atualmente é professora adjunta D do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina.

Rua Rua Raposo Tavares, 967, apto 702, Cep: 86010-580, Londrina.

E-mail: mcasiacampos@uel.br

Recebido para publicação em janeiro de 2021.
Aprovado para publicação em março de 2022.